

O DISCURSO DESTRUTIVO DO CAPITAL E A CRISE DA PANDEMIA¹

Samuel PONSONI²
Frederico Daia FIRMIANO³

Tratado geral das grandezas do ínfimo

A poesia está guardada nas palavras —
é tudo que eu sei.
Meu fado é o de não saber quase tudo.
Sobre o nada eu tenho profundidades.
Não tenho conexões com a realidade.
Poderoso para mim não é aquele que descobre
ouro.
Para mim poderoso é aquele que descobre as
insignificâncias (do mundo e as nossas).
Por essa pequena sentença me elogiaram de
imbecil.
Fiquei emocionado.
Sou fraco para elogios.

(Manoel de Barros)

Resumo

Este artigo tem como objetivo fazer uma análise teórico-discursiva, de base materialista, para compreender formas de imbricamento entre discursos do capital e os discursos de Jair Bolsonaro, enquanto sujeito porta-voz para e sobre a população brasileira e enquanto o responsável pelos negócios da burguesia no Estado. Para tanto, tomamos como fundamentação teóricas os estudos marxistas de Mészáros (2009), as críticas e compreensões sobre sujeito e razão neoliberal de Dardot e Laval (2017) e a

¹ Este texto é decorrente da Live apresentada pelos autores em 01/07/2020, no Projeto de Extensão Discurso em Tempos de Pandemia - Fase I. Disponível em <https://www.facebook.com/leedim.ufscar/> e no YouTube <https://www.youtube.com/channel/UChUWKJRSDk0TSdHrb5JtCMA>.

² Doutor em Linguística, pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Professor designado da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - Unidade Acadêmica Passos. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas Laboratório interdisciplinar de comunicação, discurso, acontecimento e memória - Labiam (UEMG/CNPq). E-mail: sponsoni@yahoo.com.

³ Doutor em Ciências Sociais pela FCLar/Unesp; professor designado da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Passos, onde coordena o Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Crise, Neodesenvolvimentismo e Direitos Sociais (GEIND), do CNPq. E-mail: frederico.firmiano@uemg.br.

categoria analítico-discursiva de porta-voz, de Pêcheux(1990). Nosso material de análise foram discursos proferidos por Bolsonaro, em diversos espaços midiáticos, ao longo da pandemia causada pela COVID-19. Assim, responder a essas questões se faz o principal objetivo deste texto.

Palavras-chave: Pandemia; Discurso do Capital; Porta-voz; Bolsonaro.

Abstract

This paper aims to make a theoretical-discursive analysis, with a materialistic basis, to understand ways of intermingling between capital discourses and Jair Bolsonaro's discourses, as a spokesperson, orientated to and about the Brazilian population, and as responsible for business of the bourgeoisie in the State. For that, we take as theoretical basis the Marxist studies by Mészáros (2009), the criticisms and understandings about subject and neoliberal reason, by Dardot and Laval (2017), and the analytical-discursive category of spokesperson, by Pêcheux (1990). Our analysis material were discourses given by Bolsonaro, in various media spaces, throughout the pandemic caused by COVID-19. Thus, answering these questions is the main objective of this text.

Keywords: Pandemic; Capital Discourses; Spokesperson; Bolsonaro.

INTRODUÇÃO

Em tempos de uma trágica pandemia viral, ligada à família dos coronavírus, o mundo assiste, catatônico, aos horrores que doenças podem nos causar. Situação alarmante, mas que nos permite uma reflexão, das mais profundas estruturas da sociedade do capital. Neste sentido, acreditamos poder fazer um percurso interpretativo que relacione os vírus e à lógica destrutiva do capital através de seus discursos.

Sabe-se que o funcionamento básico dos vírus, tal como o Corona, consiste em se apropriar do corpo de um hospedeiro. Nele inserido, os vírus passam a reproduzir seu material genético em fusão ao material genético deste hospedeiro. Com isso, os vírus garantem a sua existência - destrutiva no caso do Covid-19 -, usando o hospedeiro não só como reprodutor de seu RNA, mas também como vetor para se propagar, se alastrar e assim vencer, por algum tempo, a entropia de todo ser vivo.

O sistema do capital opera a partir de um complexo de mediações de segunda ordem, constituído (trans)historicamente, que tende a substituir as funções mediadoras primárias fundamentais do metabolismo social (MÉSZÁROS, 2009). Tal como um vírus apropria-se de seu hospedeiro, passando a realizar suas necessidades ao invés das necessidades daquele, o sistema social do capital, ao instituir a relação-capital – uma forma específica de reprodução sociometabólica – passa a realizar seus impulsos últimos em detrimento das necessidades humanas mais autênticas, convertendo as forças do trabalho em instrumento de realização de sua lógica (MARX, 2013)

Assim, é na classe trabalhadora que o capital precisa investir, tornando-a um dispositivo contraditoriamente necessário para se reproduzir. É no corpo e na mente do trabalhador que o capital eterniza a sua relação. Não por acaso é muito fácil encontrar trabalhadores, em diversos níveis sociais, a despeito da sua mais indigna expropriação, que defendem com unhas e dentes essa lógica do capital. É o caso de vetores ideais. Estes não precisam "trair" a classe. Eles, como reproduzem o material ontogenético do capital, no âmago de suas forças vitais, sequer se enxergam como uma classe antagônica a esse processo de esbulho possessório, para parafrasear o juridiquês do bom burguês.

Hospedeiros de vírus frequentemente criam anticorpos que os combatem e os matam. Mas e os trabalhadores? Sem dúvida alguma resistem, se organizam, lutam sob muitas formas organizativas⁴.

Quando o trabalhador hospedeiro não mais aceita ser vetor, o capital se reagrupa, se reorganiza e avança com toda sua tropa e se amplia. Aqui é o fim de qualquer "acordo", formal ou informal, de civilidade; qualquer acordo de direitos e garantias fundamentais, ainda que mínimas ao trabalho. Antes mesmo do Corona, na verdade, ao longo de toda história, o capital tem buscado sistematicamente eliminar o hospedeiro resistente, não só com suas moléstias, mas como todo o aparato institucional disponível – sempre sob a contradição insolvente da necessidade de manter vivas as forças do trabalho, domesticadas, é certo. Aqui encontramos todas as nomeações possíveis: do vagabundo improdutivo, passando pelo boêmio ou anarquista, até o tão famigerado comunista. Estes definitivamente não são bons hospedeiros.

Mas dissemos que a história não é transparente e precisamos colocar isso à prova. O capital se reestrutura permanentemente e se amplia não só com o hospedeiro resistente, que não quer mais ser vetor. Ele precisa avançar também quando os hospedeiros não entregam a produção necessária para a sua massiva reprodução. Aqui, o vírus capital também se reagrupa e, ou se desregula, causando uma forte destruição de seu ciclo lógico, regular e sistêmico, ou ele busca chegar a fronteiras nunca dantes exploradas. Até mesmo com uma inteligência artificial podemos perceber que este momento é corrente. Afinal, sua lógica expansionista, sempre movida pela acumulação, é incontrolável. - Os vírus podem morrer. O capital não.

⁴ A bem da verdade, na “lógica destrutiva do capital” inclui-se também a destituição da capacidade organizativa de classe, de modo que está mais na sua falta de combatividade que na sua resistência alguns problemas de luta. A lógica destrutiva do capital reside na sua forma própria de ser.

Esse pequeno prolegômeno alegórico nos orienta para aquilo que desejamos analisar deste ou neste? pequeno e simplório artigo, como não poderia deixar de nossa autoria, já nos mostra bem a epígrafe de Manoel de Barros.

Aqui o leitor poderá encontrar algumas ponderações e problematizações, mais analíticas do que teóricas e que há algum tempo estamos tecendo (e quase nunca costurado com pontos-finais), sobre as relações entre discurso e capital, mas não necessariamente nesta ordem.

Neste sentido, esse artigo, em tom ensaístico, deriva de uma "Live"⁵ ocorrida em 01/07/2020, com qual buscamos um imbricamento teórico nada evidente tampouco fácil entre algumas teorias de base materialista. De um lado, é por meio da Análise do Discurso de matriz francesa, sobretudo nos trabalhos de Pêcheux (1990; 1997; 2008), que tomaremos como base analítica alguns discursos produzidos pelo então presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia Covid-19, para elaborarmos uma problematização teórica e crítica que, para além de uma desumanização e barbárie em nada empática ao sofrimento, é bastante reveladora da lógica destrutiva do capital, para qual gostaríamos de chamar a atenção. Ao mesmo tempo, é na teoria radical da crise estrutural do capital, como propõe Mészáros (2009), que encontramos o substrato da análise das determinações mais profundas e contraditoriamente explosivas da forma de ser da relação-capital hoje, em escala planetária – em que pese sua realização concreta sob a particularidade histórica das diversas formações sociais.

Para tanto, de outro lado, faremos uma incursão teórica acerca de uma teoria, que à despeito de sua contradição à premissa marxista histórico-crítica – à qual se filia Mészáros (2009) - nos parece complementar a análise discursiva dos ditos e escritos presidenciais na crise pandêmica, bem como nos dão subsídios robustos para construir a crítica em relação aos próprios discurso e aos processos de reorganização produtiva em cima dos valores do trabalho que, há algum tempo ocorre, mas que nesta crise se mostra quase sem verniz e abre-se a um mundo que nos espera enquanto classe trabalhadora. Trata-se daquela formulada por Dardot e Laval (2018). Deste modo, ao passo que assumimos a crítica ontogenética ao sistema do capital feita por Mészáros (2009), a partir da premissa da ontologia do trabalho, também perscrutamos contribuições dos

⁵ Para além de ser um termo da moda nos círculos acadêmicos e que tais, esse texto foi gestado em uma série de *lives*, chamadas de *Discurso na Pandemia*, às quais gentilmente fomos convidados por Roberto Leiser Baronas, organizador do evento e professor da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, e pelo grupo de pesquisa que ele lidera, LEEDIM, ocasião em que expomos parte das questões que aqui estão trazemos.

autores franceses naquilo que toca à características particulares do neoliberalismo e seu impacto sobre a subjetividade do sujeito.

O *corpus* analítico, do qual fizemos os recortes das Sequências Discursivas(SD), foram coletados em diversos mídiuns, no sentido que Dominique Maingueneau dá ao termo, que é um agrupamento teórico de diversos dispositivos comunicativos, tais como jornais, periódicos, blogs de comentários políticos, entrevistas, entre outros.

CRISE DO CAPITAL E A NOVA RAZÃO DO MUNDO

Não têm sido poucas as evidências empíricas do esgotamento do padrão de civilidade outrora constituído sob a égide do capital, ou de uma sociabilidade que, mesmo sob as mais diversas contradições, pode oferecer algum alento a parcelas da classe trabalhadora, sobretudo nos países do centro do sistema: a explosão do desemprego em massa, as formas de barbarização da vida social, a espoliação dos recursos naturais e ecológicos (não raro identificada a “crise ecológica ou ambiental”, a violência nas mais variadas dimensões, entre tantas outras. O padrão de sociabilidade burguês ora identifica-se às condições mais vis da reprodução social.

István Mészáros, filósofo marxista húngaro, já nos idos de 1970 chamava a atenção para o traço destrutivo das forças de produção material, recuperando na obra marxiana as dimensões constitutivas da relação-capital, nas suas determinações últimas. Com isto, defendia o autor, que o sistema do capital encontrava, pois, seus limites absolutos ou estruturais e, com isso, passava a experimentar uma crise civilizatória e irreversível – ao menos no interior da própria ordem social. Em sua obra de maior fôlego, *Para além do capital: rumo à uma teoria da transição* Mészáros (2009, p. 2019) é contundente ao afirmar que:

[...] a questão decisiva é o fato de que o final da ascendência histórica do capital em nossa época – seu domínio agora se estende aos bolsões mais distantes e anteriormente isolados do planeta – ativou os limites absolutos deste sistema de controle sociometabólico.

Recuperando Marx, o filósofo húngaro afirma que “...o capital não é simplesmente uma ‘entidade material’ (...) mas é, *em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico*” (MÉSZÁROS, 2009, p. 96. Grifos do autor). E por ter surgido no horizonte histórico como a mais poderosa estrutura totalizadora de controle social, nada escapa as suas determinações. Como “sistema totalizador irrecusável e irresistível”, o capital é altamente dinâmico – o mais dinâmico

que todas as formas de controle sociometabólica – e é precisamente este dinamismo totalizador que o torna, contraditoriamente, incontrolável. Seu dinamismo, no entanto, encontra idêntica correspondência em sua “deficiência fatídica”, que por seu turno reside em sua orientação para a expansão, movida pela acumulação. Enquanto puder extrair e acumular trabalho excedente, o sistema do capital é irresistível. Mas quando o processo dinâmico de expansão e acumulação encontra algum obstáculo, as consequências sociais são absolutamente violentas.

Em perspectiva histórica de largo prazo, o capital jamais conheceu uma forma de controle duradoura, ou o que o autor chama de “autorrestrição racional”. E nem poderia, pois esta incontrolabilidade foi o que, até o presente momento, garantiu a expansão do sistema, tornando possível a superação das restrições e dos obstáculos relativos. (Mészáros, 2009, p. 101).

Este “modo de controle sociometabólico” emerge quando a dominância do valor de uso, característico dos sistemas de autossuficiência no relacionamento entre a produção material e o controle - estruturantes das comunidades tribais primitivas, das economias domésticas das sociedades escravagistas, ao sistema feudal - é quebrada, dando lugar a conexões reprodutivas mais amplas, que não podem reconhecer fronteiras. Isto porque as unidades econômicas do sistema de capital não necessitam e nem são capazes de gerar qualquer autossuficiência. Livre destas amarras, o capital se converte na forma mais dinâmica e poderosa de extração de trabalho excedente (e de uma forma reificada e com todas as mistificações próprias à noção de trabalho livre) buscando ultrapassar todos os obstáculos, definindo e redefinindo, sempre que as circunstâncias se modificam, as formas de controle sobre o trabalho. E é desse modo que o sistema carece estender seus limites relativos, mantendo o mais alto grau possível de extração de trabalho excedente, a todo tempo e a qualquer custo – mesmo que sejam proibitivos (MÉSZÁROS, 2009).

Mas se for verdade que o processo de liberação das restrições impostas pela autossuficiência possibilitou a emergência deste sistema altamente dinâmico, promovendo um salto de produtividade sem precedentes na história, a condição para isto foi a perda completa do controle sobre o conjunto do sistema de reprodução social. Aliás, a própria necessidade permanente de intensificação da expansão é uma manifestação contraditória da perda de controle sobre o metabolismo social. E em razão desta relação intrinsecamente contraditória, o bloqueio do processo de expansão livre e a impossibilidade de deslocamento dos antagonismos internos tendem a potencializar o

conteúdo devastador do processo de expansão. Resulta daí o esgotamento da fase de ascensão histórica do capital, ou do potencial civilizador que um dia guardou. (MÉSZÁROS, 2009).

Dito de outro modo, o sistema do capital possui em sua gênese um conjunto de “defeitos estruturais de controle”, que decorrem da ausência de unidade de suas estruturas reprodutivas internas, que acabam por se projetarem sob a forma de relações alienadas. Tais “defeitos estruturais”, como mostra Mézáros (2009), se expressam (a) no isolamento ou oposição entre produção e controle; (b) na independência e existência em separado entre as esferas de produção e consumo; (c) na contradição entre produção e circulação, onde os microcosmos do sistema do capital, que acabam por se combinarem em alguma forma de conjunto administrável, de modo que o capital social total possa penetrá-los no domínio da circulação total, buscando resolver o antagonismo entre produção e circulação. Desse modo a força de trabalho total da humanidade se sujeita ao sistema do capital. Qualquer tentativa de criar algum tipo de unidade às estruturas sociais reprodutivas que estão internamente fragmentadas tende a ser e problemática e temporária. Ou, a bem da verdade, a ausência de unidade se deve ao fato de que os próprios defeitos estruturais do capital se manifestam como conflitos fundamentais de interesse entre as forças em oposição, quais sejam, capital e trabalho. Além disso, “...são necessariamente reproduzidos sob todas as circunstâncias históricas que cobrem a era do capital, fossem quais fossem as relações de poder dominantes em qualquer ponto determinado do tempo” (MÉSZÁROS, 2009, p. 105-106).

Por esta razão, ou por sua forma de ser, o capital não tolera nenhum princípio de regulação que restrinja sua dinâmica orientada para a expansão. A expansão é ela própria uma maneira absolutamente necessária – e, portanto, não uma função econômica relativa – de deslocar contradições que emergem no sistema do capital. Os fundamentos causais que autoimpelem o sistema para a expansão não podem ser questionados. Quando aparecem devem ser tratados como “disfunções temporárias”, remediadas pelo imperativo da reprodução expandida. É por isso que não há – e nem pode haver – alternativa para a expansão do capital no interior da própria ordem.

Enquanto existir objetivamente espaço para a livre expansão, o processo de deslocamento das contradições do sistema pode avançar sem empecilhos. Quando as coisas não vão bem, ou seja, quando há uma falha no crescimento econômico e em seu correspondente avanço, as dificuldades são diagnosticadas em termos do raciocínio circular, que evita as causas subjacentes e apenas acentua suas

consequências, segundo o qual ‘o crescimento atual não é suficiente’. Tratar dos problemas com essa perversa maneira ilógica repetindo constantemente que ‘está tudo pronto’ para a expansão saudável, mesmo nos momentos das grandes recessões, cria a ilusão de que o modo de controle sociometabólico do capital não precisa de nenhuma mudança fundamental. A mudança legítima deve ser sempre encarada como alteração e melhoria limitadas do que está determinado. A mudança deve ser produzida pela inovação estritamente *instrumental*, que se pressupõe obviamente benéfica (MÉSZAROS, 2009, p. 176).

O corolário das condições históricas limitadas, ou condições relativas permanentemente absolutizadas - que o processo de reprodução do capital exige (como a disponibilidade de recursos, humanos e naturais, e espaço para expansão do capital) - é a relativização, irresponsável, das restrições absolutas (como a desconsideração do caráter não-renovável dos recursos do planeta, por exemplo). Assim, tais restrições não são – e nem poderiam ser – reconhecidas, nos marcos da racionalidade (auto) referida do capital como condições limitadoras. Até porque se o fossem, isto exigiria modificações na estrutura causal fundamental do capital. É assim que o sistema sociometabólico do capital ativa, historicamente, seus limites absolutos do capital. A partir deste ponto, o conjunto do sistema ingressa numa fase – de decadência histórica – de predominância do caráter destrutivo das forças de produção sob qualquer caráter civilizatório. Com isto, o sistema do capital lança mão de todos os expedientes disponíveis para assegurar a reprodução ampliada: da guerra como instrumento de abertura de espaço para a acumulação à intensificação da exploração do trabalho em níveis estratosféricos; do esgotamento dos recursos ecológicos e naturais ao barbarismo social; da ativação do poder de Estado como linha auxiliar do capital à submissão da autonomia e autodeterminação dos povos; da reestruturação produtiva permanente do capital ao neoliberalismo.

É nos quadros desta reflexão que podemos discutir as formas de impacto da ativação dos limites absolutos do capital sobre o conjunto da vida social. Neste, o modo como uma de suas manifestações, o neoliberalismo, penetra e reorienta a forma de ser do sujeito, instalado uma espécie de “nova razão do mundo”.

Em *A Nova Razão do Mundo*, os pesquisadores Pierre Dardot e Christian Laval descrevem a uma nem tão nova tendência existencial-organizacional da sociedade, ou, a instalação de uma nova lógica que passa a presidir a organização e orientação do indivíduo. do capital em sua fase neoliberal.

A população, nessa lógica, além de competir com o restante dos indivíduos que estão afastados do mercado de trabalho, frente ao desemprego estrutural, disputa com um oponente mais complexo: si mesmos. Nessa luta sem vitoriosos, o exercício do neoliberalismo moldou os tradicionais formatos sociais a ponto de estimular contracondutas que despertam um movimento crescente o qual acende novas formas de embate.

Os teóricos apresentam nessa obra não só “a nova razão do mundo”, como também a nova concepção dos sujeitos contemporâneos: os sujeitos-empresa. O ponto central dessa tendência, explicam os autores, é o encadeamento entre as corporações e a ação pessoal, de modo que “privilegia uma dimensão agonística: a da competição e da rivalidade” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 135).

Dardot e Laval (2017) fortalecem o conceito de uma nova concepção para o mercado, cuja “coordenação não é estática, não usa seres sempre iguais a si mesmos, mas produz uma realidade cambiante, um movimento que afeta os meios nos quais os sujeitos evoluem e se transformam também” (Ibidem, p. 139). Ao ser configurado, os autores acreditam que o mercado se solidifica.

Tal dinâmica, na leitura dos pesquisadores franceses propicia um “movimento perpétuo, autopropulsivo, se não fosse desacelerado ou pervertido por entraves éticos e estatais que constituem atritos nocivos” (MISES⁶, 1985, p. 763 apud DARDOT; LAVAL, 2017, p. 139).

A lógica do mercado pode ser concebida, portanto, com uma metodologia autoformativa, autoeducadora e autodisciplinada, na qual o sujeito aprende a se governar: “O processo de mercado constrói seu próprio sujeito. Ele é autoconstrutivo” (MISES, 1985, p. 763 apud DARDOT; LAVAL, 2017, p. 140) acredita Mises, que considera o indivíduo como um ser ativo, motivado por “uma espécie de aspiração vaga a uma condição melhor, um impulso para agir a fim de melhorar a própria situação” (MISES, 1985, p. 763 apud DARDOT; LAVAL, 2017, p. 140), cuja essência é não preferir aquilo que pode oferecer mais, e sim “empreender e, ao empreender, vai aprender. Vai estabelecer um plano individual de ação e se lançar em empresas, vai eleger objetivos e destinar recursos a eles, vai construir, como diz o discípulo de Von Mises, Israel Kirzner, sistemas-fins-meios em função de suas próprias aspirações, e

⁶ Ludwig von Mises, **L'action humaine**: traité d'économie (trad. Raoul Audouin, Paris, PUF, 1985), p. 297 [ed. bras.: A ação humana: um tratado de economia, 2. ed., Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1995].

estas orientarão sua energia” (MISES, 1985, p. 763 apud DARDOT; LAVAL, 2017, p. 140)

É justamente assim, através do seu caráter concorrencial, que os empreendedores “podem conhecer a natureza dos planos do outro pelo confronto comercial, pelo próprio jogo da concorrência” (Ibidem, p. 147), no qual “cada participante tenta superar os outros numa luta incessante para tornar-se líder e assim permanecer” (Ibidem, p. 147), sendo este o processo de descoberta motor que os afasta do estado de ignorância, segundo os autores. Esse estado é, como indica o vocábulo, não relativo com questões de conhecimento ou capacidade intelectual e sim, refere-se com efeito, a um período que “repousa no fato de que não sabíamos que ignorávamos, ou ignorávamos que ignorávamos” (Ibidem, p. 148).

Todavia, como bem pontuam Dardot e Laval (2017), como mais detidamente veremos a seguir, as condições e posições na inevitável luta histórica entre as classes, em que alguns detêm os meios de produção e outros não, dispondo apenas de sua força de trabalho, haverá, desde há muito, uma inconciliável estruturação do capital, colocando-se, assim, as contradições e discrepâncias fundamentais entre essas duas grandes classes de sujeitos nas sociedades burguesas⁷ que, tão somente no discurso, podem dissimular haver alguma simetria constitutiva.

O SUJEITO-EMPRESA

A figura do sujeito de negócios, generalizado em um indivíduo antenado com o mercado de trabalho de modo geral e bem-sucedido na carreira, foi desde o século XVIII considerada como “o verdadeiro herói moderno” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 151), sendo uma atuação apreciada pelas classes da sociedade burguesa, erigida principalmente com as Revoluções burguesas, no século XVIII.

A possibilidade de conhecer detalhadamente a economia, as tendências globais e negociar com outros empreendimentos foi durante muito tempo idolatrada pela maioria dos sujeitos que desempenhavam funções mais convencionais, já que o empreendedor passou a ser reconhecido como “um mediador entre o conhecimento e a execução” (Ibidem, p. 151), ou seja, aquele que detém saberes e, com sabedoria, aplica ao mercado. Seu trabalho é tão impactante para a produção que, segundo os autores,

⁷ Uma sociedade burguesa não é necessariamente uma sociedade liberal. Vide a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS

“repousa sobre ele o sucesso da empresa e, generalizando, a prosperidade de um país” (Ibidem, p. 151).

Mesmo diante das tecnologias, se tornar um empreendedor aparenta ter sido a escolha mais inovadora que a população poderia assumir. É o que defende Peter Drucker⁸, referência em gestão empresarial, setor que “fez a economia norte-americana passar para o estágio da economia de empreendedores, e está transformando os Estados Unidos numa sociedade de empreendedores” (DRUCKER, 1998, p. 41 apud DARDOT; LAVAL, 2017, p. 154). Essa nova administração empreendedora:

[...] pretende espalhar e sistematizar o espírito de empreendimento em todos os domínios da ação coletiva, em particular no serviço público, fazendo da inovação o princípio universal de organização. Todos os problemas são solucionáveis dentro do espírito da gestão e da atitude gerencial; todos os trabalhadores devem olhar para sua função e seu compromisso com a empresa com os olhos do gestor (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 154).

E, evidentemente, com os bolsos de um trabalhador; Dardot e Laval ainda preveem que essa dimensão do discurso neoliberal se manifestará sob múltiplas formas [...] [E] a educação e a imprensa serão requeridas para desempenhar um papel determinante na difusão desse novo modelo humano genérico [porta-vozes discursivos] (Ibidem, p. 155). Historicamente falando:

[...] as grandes ondas de privatização, desregulamentação e diminuição de impostos que se espalharam por todo o mundo a partir dos anos 1980 deram crédito à ideia de um desengajamento do Estado ou, pelo menos, do fim dos Estados-nações liberando a ação dos capitais privados nos campos regidos até então por princípios não mercantis. *No entanto, há muito tempo a fábula da imaculada concepção do mercado espontâneo e autônomo foi posta em dúvida* (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 271 grifo nosso).

A perda da convicção da autorregulação do mercado a nível global “não se colocava mais nos termos da alternativa simplista entre o mercado autorregulador e a intervenção do Estado, mas tratava da natureza da intervenção governamental e seus objetivos” (Ibidem, p. 272), exigindo do governo “eficácia e produtividade no âmbito das novas exigências impostas pela globalização” (Ibidem, p. 273).

O Estado foi ficando caro diante das vantagens que oferecia à comunidade, tornando-se um acessório pesado e ultrapassado para o vestuário do consumidor. É

⁸ Peter Drucker, **Les entrepreneurs** (Paris, Hachette, 1985) [ed. bras.: Inovação e espírito empreendedor, trad. Carlos J. Malferrari, 5. ed., São Paulo, Thompson Pioneira, 1998].

claro, o discurso do “enxugamento do Estado”, apenas tem validade para a chamada “área social”. Para o capital, o Estado é, mais do que nunca, uma linha auxiliar fundamental, sem qual o sistema não se reproduz. Mas com esse afastamento político das “áreas sociais” foram adiadas e o governo passou a ser mais flexível e menos reativo. A mudança de perspectiva fez os sujeitos entenderem o Estado não mais “como nos tempos dos primeiros utilitaristas” (Ibidem, p. 274), e sim a compará-lo com outros atores privados – ou seja, contraditoriamente, identificando sua natureza íntima. E “nessa nova concepção desencantada da ação pública que leva a ver o Estado como uma empresa que se situa no mesmo plano das entidades privadas, um Estado-empresa que tem um papel reduzido em matéria de produção do interesse geral” (Ibidem, p. 274):

Assim, a instituição do mercado regido pela concorrência – construção desejada e apoiada pelo Estado – foi fortalecida e prolongada por uma orientação que consistiu em importar as regras de funcionamento do mercado concorrencial para o setor público, no sentido mais amplo, até que o exercício do poder governamental fosse pensado de acordo com a racionalidade da empresa [...] A expressão mercado institucional não se tratava mais apenas de uma instituição política do mercado, mas, por inversão, de uma mercadorização da instituição pública obrigada a funcionar de acordo com as regras empresariais (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 274).

Essa dupla governança pública-privada principalmente no setor do mercado econômico oportunizou a elaboração de iniciativas favoráveis aos grandes grupos monopolistas, tendência expressa da crise estrutural do capital, motivando a mudança da perspectiva da população pelo sentido da palavra governança como uma iniciativa privatizada, e não mais como alguma possível ação do governo, entendimento que “não significa que o Estado se retira, mas que ele exerce seu poder de forma mais indireta” (Ibidem, p. 278). Ou, dizendo diferentemente isso, o Estado passa a ser loteado, administrador e garantidor dos interesses privados, monopolizados do grande capital – agora, de modo explícito, pois:

[...] Exatamente do mesmo modo como a gestão privada visa a fazer com que os assalariados trabalhem o máximo possível por meio de um sistema de incentivos, a governança de Estado visa oficialmente a fazer com que entidades privadas produzam bens e serviços de forma supostamente mais eficiente e outorga ao setor privado a capacidade de produzir normas de autorregulação no lugar da lei [...] Trata-se, portanto, de um Estado que é muito mais estrategista do que produtor direto de serviços (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 278).

Estrategista e garantidor do interesse privado e monopolizado de poucos, através de políticas econômicas, leis e outros tantos aparelhos de Estado. Nessa composição “os

Estados não têm mais do que um papel de subordinado ou assistente e interiorizam suficientemente esse papel para não ter mais condições de definir políticas sociais, ambientais ou científicas sem a concordância [...] dos oligopólios” (Ibidem, p. 282)⁹, o governo “curva-se às novas condições que contribuiu para instaurar” (Ibidem, p. 282), inclusive a rede dinâmica de concorrência, a qual ele ansiou para passar a dispor “agora de uma responsabilidade eminente no que se refere tanto ao apoio logístico e de infraestrutura de oligopólios quanto à atração desses grandes oligopólios para o território administrado por ele” (Ibidem, p. 283).

Dessa forma, nosso objetivo agora se faz em compreender como no discurso midiático esse sujeito-empresa de si, por condições de miséria e precariedade, imbuí-se de jogar o jogo das razões neoliberais do capital e não se ver nem agir mais como um trabalhador, desempregado, mas sim como um sujeito que, na miséria e crise, correu atrás, trabalhou e viu a oportunidade de empreender nas migalhas do capital econômico, no qual, para os outros, tudo deve ser conseguido por meio da meritocracia individual - em um país brutalmente desigual -, mas para si todas as benesses do Estado.

A PANDEMIA E O SIGNIFICADO DE CRISE NA SOCIEDADE DO CAPITAL

O espalhamento do novo coronavírus abriu uma crise que ao longo do tempo apenas se agigantou. Uma crise multidimensional, extensiva e global. Poucos meses depois do primeiro relato da China, em dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Fundo Monetário Internacional (FMI) já previa seu impacto negativo sobre a economia mundial: uma contração de -3%. Entre os países integrantes do “grupo das economias avançadas”, este impacto sobre o Produto Interno Bruto (PIB) foi estimado em -6,1%. Na América Latina, a desaceleração da atividade econômica traria uma retração de -5,2% do PIB, puxada, principalmente, pelo México (-6,6%) e Brasil (-5,3%), com fortes implicações para o mundo do trabalho (IMF, 2020).

Longe de ser a razão pela desestruturação do mercado de trabalho, pela precarização da força de trabalho, a crise instalada pelo novo coronavírus apenas evidenciou as contradições da expansão do capital em sua fase de crise estrutural. Um relatório das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) dá conta que, antes da crise da pandemia da COVID-19 somente 57% das pessoas em

⁹ Em realidade, o Estado nunca se ausentou: agora, pelo contrário, intensifica sua ação “no plano econômico”, mas uma ação de plano econômico loteado pelos interesses do capital, quase que única e exclusivamente.

idade ativa para trabalhar (cerca de 3,3 bilhões) estavam empregadas. O desemprego já atingia a 188 milhões de pessoas em todo o mundo. Com a pandemia, as medidas de restrição orientadas pela OMS, como o afastamento/distanciamento social e mesmo lock down, em algumas regiões do planeta, tiveram grande impacto sobre os mercados de trabalho, sobretudo, nos setores de alimentação e acomodação (que concentravam 144 milhões de trabalhadores em todo o mundo); varejo e atacado (482 milhões); serviços e administração de negócios (157 milhões); e manufatura (463 milhões) (UN/ILO, 2020). Entre o conjunto dos trabalhadores, os informais são os mais vulneráveis. Em relação às medidas de bloqueio, a estimativa é que, apenas no primeiro mês de crise, esta categoria tenha sofrido uma redução de cerca de 60% dos seus ganhos em todo o mundo, sendo que na África e na América Latina pode ter chegado a 80% (UN/ILO, 2020).

No Brasil, de acordo com a PNAD Contínua de maio de 2020, que engloba dados dos meses de março, abril e maio 7,8 milhões de pessoas perderam seus empregos (IBGE, 2020). O número de trabalhadores informais caiu 15,2% (o que corresponde a 5,7 milhões de pessoas) e o número de trabalhadores formais diminuiu 3,3% (1,7 milhão de pessoas). O desemprego, assim, atingiu o patamar de 12,7 milhões de pessoas (IBGE, 2020).

Estes números mostram que a pandemia do novo coronavírus, antes de instalar uma crise no seio da classe trabalhadora em escala planetária, expõe sua condição de precariedade estrutural, marcada pela vigência das mais variadas formas de superexploração e rebaixamento. No entanto, à despeito disto, o discurso do capital parece ignorar as dimensões mais objetivas, econômico-sociais da crise e o próprio significado de crise no sistema social do capital.

Desde Marx, o capital é tomado como um tipo específico de relação social, uma forma de determinação do trabalho, instituída no seio da formação da propriedade privada moderna. É um tipo de relação social que se impõe sobre o intercâmbio produtivo do homem com a natureza, promovendo uma cisão, uma apartação entre o sujeito e o objeto de sua intervenção em nome da realização das necessidades de expansão/acumulação. Sob tal relação, o trabalho passa a ser o instrumento da reprodução ou da autorreprodução do capital. Nesse sentido, a realização do capital significa necessariamente a desefetivação do conteúdo propriamente humano do trabalho, sem deixar de sê-lo, contraditoriamente. Por esta razão, o capital não pode reconhecer nenhuma necessidade genuinamente humana, sem colocar em contradição seu objetivo último (MARX, 2013).

Deste modo, mesmo sob as piores condições de realização das forças do trabalho e de suas necessidades, crise, para o capital, significa a interrupção da normalidade do curso do processo de acumulação/valorização e em nada se identifica com a interrupção da realização das necessidades efetivamente humanas, não fetichizadas. Por esta razão, crise para o capital possui sempre uma relatividade, atrelada às condições de possibilidade de garantia da expansão ou de remoção dos obstáculos relativos postos a sua frente (MÉSZÁROS, 2009).

Não é de se estranhar, assim, que, mesmo diante da explosão das condições de precarização estrutural do trabalho, superexploração e desemprego crônico, asseveradas pela pandemia do novo coronavírus, o discurso do capital seja em nome do “avanço”, da continuidade da “normalidade” do sistema produtivo, da conversão do trabalhador em “empreendedor”, o sujeito-empresa.

O PORTA-VOZ DOS DISCURSOS

Para que o funcionamento do capital, como alhures expusemos, tenha efetividade na materialidade concreta e objetiva e crie as subjetividades necessárias ao entendimento das classes trabalhadoras e estas possam ser as hospedeiras ideias aos discursos que sustentam o capital, é preciso que exista uma mediação, crie simulacros, distorça, mas ainda assim faça com que essas classes trabalhadores defendam o que não está diretamente ligados àquilo que eles realmente referem.

Eles precisam, sobretudo, de dissimular o que realmente são e desejam. E essa dissimulação, nos diz Michel Pêcheux(1990), desde as Revoluções Burguesas de julho de 1789 estão a cargo dos chamados porta-vozes:

É neste momento que surge o porta-voz, ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando "em nome de..." é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pelo qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob seu olhar. Dupla visibilidade(ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um "nós" em formação e também em contato imediato com o adversário exterior. (...) O destino do porta-voz circula assim entre a posição de profeta, a do dirigente e a do homem de Estado, visto que ele é o ponto em que "o outro mundo" se confronta com o estado de coisas existente, o ponto de partida recíproco no qual a contradição vem se amarrar politicamente a um "negócio de Estado" (PÊCHEUX, 1990, p. 17-18).

Para compreender melhor essa posição discursiva de porta-voz tomemos como exemplo alguns enunciados, apresentados abaixo como Sequências Discursivas(SD), datados entre março e setembro de 2020, numerados ordinalmente e retirados de sites UOL/Folha¹⁰(*vide* também nota de rodapé 18), escolhido não por afinidade ideológica, que, muitas vezes, até coincidem com o que capital e os porta-vozes têm a oferecer, mas porque é um portal de grande circulação de notícias, de modo que há uma boa probabilidade de essas sequências discursivas terem sido lidas, em uma espécie de parte pelo todo, por muitos outros sujeitos. Aí vão elas:

Março de 2020

SD 1: O vírus tá aí, vamos ter de enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, pô, não como moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida, todos nós vamos morrer um dia.

SD 2 Esse vírus trouxe uma certa histeria. Tem alguns governadores, no meu entender, posso até estar errado, que estão tomando medidas que vão prejudicar e muito a nossa economia.

SD 3 Algumas poucas autoridades, estaduais e municipais, devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transporte, o fechamento do comércio e confinamento em massa.

SD 4 Meu objetivo sempre foi salvar vidas, tanto as que perderemos pela pandemia, quanto aquelas que serão atingidas pelo desemprego, violência e fome.

Abril de 2020

SD 5 Eu tenho direito constitucional de ir e vir. Ninguém vai tolher minha liberdade de ir e vir. Ninguém.

SD 6 Essa briga de abrir pelo comércio, é um risco que eu corro. Se agravar, vem pra o meu colo. Queremos voltar ao trabalho, o povo quer isso.

SD 7 E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre.

SD 8 Nós temos que ter coragem de enfrentar o vírus. Tá morrendo gente? Tá. Lamento? Lamento. Mas vai morrer muito, muito, mas muito mais se a economia continuar sendo destroçada por essas medidas.

Junho de 2020

SD 9 Lamento todos os mortos, mas é destino de todo mundo.

¹⁰ Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/08/bolsonaro-pandemia-100-mil-mortes-fala.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 20 de Set. de 2020.

SD 10 Eu estou no grupo de risco. Agora, eu nunca negligenciei. Eu sabia que um dia ia pegar. Infelizmente, acho que quase todos vocês vão pegar um dia. Tem medo do quê? Enfrenta! (...) Lamento. Lamento as mortes. Morre gente todos os dias de uma série de causas. É a vida, é a vida.

Essas Sequências Discursivas foram proferidas pelo atual presidente brasileiro, Jair Messias Bolsonaro. Eleito sob no contexto do golpe contra Dilma Rousseff, da persistente crise econômica, da campanha pela moralização da política dada no seio da Operação Lava Jato, do processo de inelegibilidade de Lula da Silva, ascensão da extrema direita em várias partes do mundo e sob a bandeira dos costumes, fortemente ancorado nas campanhas virtuais, baseadas em grande parte em uma rede do que se convencionou a chamar *fake news*, desde sempre Bolsonaro mobiliza enunciados linguísticos bastante significativos de seus filtros e evidências ideológicas.

Neste sentido, observa-se esse sujeito em posição de porta-voz, que supostamente fala pelo povo – essa categoria difusa, indistinta - nas diversas SDs, porém em algumas especialmente mostra-se a contradição fundamental do mandatário máximo da nação, com a legitimidade do cargo de "falar em nome de", como alguém que, por sua posição discursiva, concentra os anseios, desejos e deveres do povo de uma nação – outra abstração teórica.

Mas o posicionamento de Bolsonaro, na qualidade deste porta-voz, faz justamente ao contrário, isto é, ele em diversas situações enunciativas se posta como um porta-voz restritivo – quer dizer, revela-se aí a real natureza da contradição de classe. Assim, nas SDs 2, 3, 4, 8 ele deixa explícito seu posicionamento de compromisso com o ideário de interesses do capital acima de todos os outros deveres de porta-voz amplo, se restringindo, como é próprio às personificações do capital, a defender que, mesmo diante de uma pandemia sem precedentes, causando milhares de mortes, medo e complicações diversas à nação, os efeitos de sentidos de sua fala se valem e direcionam rumo àqueles que defendem, em qualquer condição, a chamada volta à "normalidade" (leia-se aqui como a retomada da atividade de produção de capital sem pandemia), utilizando-se de enunciados discursivos que direcionam esses sentidos a uma classe específica.

Com isso, em: "Esse vírus trouxe uma certa histeria/medidas que vão prejudicar e muito a nossa economia; devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transporte, o fechamento do comércio e confinamento em massa"; "Meu objetivo

sempre foi salvar vidas, tanto as que perderemos pela pandemia, quanto aquelas que serão atingidas pelo desemprego, violência e fome"; "Essa briga de abrir pelo comércio, é um risco que eu corro. Se agravar, vem pra o meu colo. Queremos voltar ao trabalho, o povo quer isso"; "Nós temos que ter coragem de enfrentar o vírus. Tá morrendo gente? Tá. Lamento? Lamento. Mas vai morrer muito, muito, mas muito mais se a economia continuar sendo destroçada por essas medidas", podemos compreender formas de organizar a regularidade de certos efeitos de sentidos, o quais se colocam à frente de qualquer outro interesse, contradizendo os sentidos formais – pois são meramente formais - mais amplos de um porta-voz na condição e no dever do posicionamento neste cargo.

Há nessas SDS um porta-voz de um único mundo possível, absolutamente ligado a prioridades da ordem da autorreferida racionalidade do capital, ou seja, é pelas razões de ser e estar no mundo que o capital nos coloca que devemos sair de uma crise sanitária absolutamente sem precedentes, que está a ceifar vidas, nos expondo mais ainda aos efeitos do vírus, por exemplo, desligando-se inclusive de veleidades quanto à nossa própria vida.

Não sem razão que aquele que fala pela massa indistinta do “povo”, nesses casos acima citados, traz à luz palavras que enquadram bem o discurso em falar em nome de quem e de um o quê: "histeria ", "terra arrasada", " atingidas pelo desemprego, violência e fome", "se a economia continuar sendo destroçada por essas medidas". Todas essas condições de produção discursivas criadas, a partir da memória discursivo-social e interpelações ideológicas de sentidos já-lá, pré-construídos, que essas palavras trazem aos sujeitos enquanto efeitos de sentidos atualizados e sintetizados nessa conjuntura histórica, reforçam que o posicionamento discursivo do sujeito Bolsonaro é em relação às preocupações e aos anseios do capital, ou seja, trata-se de um porta-voz do capital, uma personificação dele, e não, como teoricamente, vimos em citação, funcionaria a acepção do termo.

Além disso, ao se postar como porta-voz discursivo mais restrito, ele se coloca como um fiador de segurança e saber-fazer daquilo que mobiliza em seus discursos, como, por exemplo: "Meu objetivo sempre foi salvar vidas", " Essa briga de abrir pelo comércio, é um risco que eu corro. Se agravar, vem pra o meu colo. Queremos voltar ao trabalho, o povo quer isso", "Nós temos que ter coragem de enfrentar o vírus. Tá morrendo gente? Tá. Lamento? Lamento.", em síntese, todas as materialidades linguísticas são condições de produção do discurso, em que nós central recai ao mesmo

tempo no porta-voz, restrito, que fala ao capital e/ou a determinadas classes sociais, e cria uma coincidência discursiva da função próprio do porta-voz.

Dito de outro modo, a radiografia dos sentidos mobilizados por esses discursos é: Como porta-voz digo X, em que X atende aos interesses restritos de uma classe 1, mas, no mesmo efeito de sentido, consigo mobilizar outras classes(2,3,4....), pois a sustentação desses efeitos estão no logicamente estabelecido pela assunção de posição de porta-voz amplo como tal, ou, ainda, tal como ele deve ser mesmo. É assim, inclusive, que o porta-voz do capital consegue arrastar para seu discurso parcelas significativas da classe trabalhadora, ao confundi-la com o discurso do trabalho em prol do capital.

Algo na esteira de que podemos confiar, uma vez que esse discurso coloca junto um "queremos voltar/o povo quer isso" junto a é um "risco que corro", "Nós temos que ter coragem de enfrentar o vírus". Trata-se de um caso de dissimulação discursiva "perfeita", pois, no mesmo processo discursivo, o porta-voz cumpre falar em nome do capital, restrito, e se coloca como porta-voz a guiar e a falar pelo trabalhador, uma função mais ampliada e esperada para a posição, portanto com boas chances de serpentear e costurar a mobilização das classes.

Já por uma análise das SDs 1, 5, 9 e 10, até por ser parte de um projeto de dizer do sujeito Bolsonaro, nos parecem produções discursivas que, a princípio, poderiam ser de um porta-voz que fala mais amplamente, mas são igualmente dissimulações em um porta-voz restrito, que atendem aqueles efeitos e posicionamentos discursivos já vistos em suas campanhas eleitorais, bem como em sua própria posse que supracitamos.

Dessa forma, por um lado, ao tratar o enfretamento que dele se espera, como parte pelo todo do Estado, porta-voz dessa função sociopolítica, aos termos de que basta: "enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, pô, não como moleque", ou como "Eu tenho direito constitucional de ir e vir. Ninguém vai tolher minha liberdade de ir e vir. Ninguém.", o sujeito Bolsonaro, enquanto porta-voz, uma vez restringe agora não mais coincidente ou necessariamente atendendo a quem fale em nome ou pelo capital (que evidentemente estão ou podem se sentir contemplados por esses efeitos de sentidos), mas o logicamente estabilizado desses enunciados discursivo está mais ligada às classes francamente inscritas nas formações ideológicas que criam as subjetivações de Bolsonaros e que tais. Isso é devido uma autoafirmação da virilidade machista, de enfrentar como "homem", ou mesmo como um desafio de que ninguém seria capaz (ou seria homem?) de lhe impedir de ir e vir, que arrola o chamado direito constitucional,

em que pese isso; entretanto, é na condição de produção de discursos, como porta-voz ele, seria justamente o oposto: porta-voz, da posição histórica e discursiva de presidente, representante de um povo, é quem e/ou quem deveria ser a parte pelo todo da encenação dos direitos e deveres da carta magna, mesmo se apenas liturgicamente – e sabemos que é apenas liturgicamente, em razão da condição do Estado de forma de controle político do sistema do capital.

No entanto, o tom desafiante, algo como chamar à briga outros homens para enfrentar o vírus ou para ver se conseguem detê-lo, são, em suma, discursos que o colocam em contato direto aos sentidos já construídos para as regularidades de discursos bolsonaristas¹¹.

Por outro lado, enquanto porta-voz, busca igualmente se isentar com a desculpa da própria entropia da vida "É a vida, todos nós vamos morrer um dia", "Lamento todos os mortos, mas é destino de todo mundo". Por esse viés, o sujeito Bolsonaro abre um espaço não para o lamento amplo, condolente aos que foram ceifados pela doença Covid-19; ao contrário, além de se isentar, como porta-voz e como posição histórica de presidente de um Estado-nação, ele abre mais uma vez o espaço para efeitos de sentidos que subjetivam uma de suas grandes bases eleitorais, que são as classes vivem da fé e dos dogmas cristãos. Isso porque o vírus seria uma espécie de "nova praga" do Egito, diuturnamente repetida pelos, de outra ponta, porta-vozes de Deus na terra (padres, reverendos, bispos, pastores, missionários e toda uma fauna lexical a designá-los).

Lamentar, da forma como os discursos estão postos, na função de chefe máximo, porta-voz do povo de uma nação, com todas as suas classes historicamente constituídas, seria cômico, se não fosse Bolsonaro, porque está-se falando diretamente à sua base de apoio, em que aqui sim engloba também a mesma fórmula anteriormente dita neste artigo: Como porta-voz digo X, em que X atende aos interesses restritos de uma classe 1, mas, no mesmo efeito de sentido, consigo mobilizar outras classes (2, 3, 4....).

Com efeito, traduzindo a fórmula "como porta-voz digo meu lamento em relação às mortes, mas lamento como uma consequência da própria vida (e não da omissão e precariedades projetadas pelo Estado, do qual faço parte, por exemplo), com isso agrado a minha base, em classe de sustentação, afinal se vamos morrer de qualquer forma, precisamos cuidar, em vida, da vida após-morte, já que é deterministicamente fatal tal

¹¹ Parece haver um outro efeito de sentido, digamos, mais indireto, que é atacar o seu principal antagonista durante a pandemia, João Dória Jr., governador do estado de São Paulo, com quem Bolsonaro teve diversos embates, o chamando muitas vezes de almofadinha, moleque, pouco homem, no sentido de virilidade, entre outros termos associados.

desfecho - e nisso a classe de base cristã possui um notório saber-fazer -, assim como atendo outras classes, como a do capital, que, mais que depressa, adorariam a volta sem critério algum, exceto econômico, da vida "normal". Certamente, esta atenção a todas as classes não é mais que um ardil discursivo que, à despeito de angariar para o projeto do capital esses precários e destituídos de direitos da classe do trabalho, tem objetivo certo: a defesa a qualquer custo da reprodução ampliada do capital.

Neste sentido, em Bolsonaro, até mesmo o desdém e a falta de absoluta empatia com os abatidos pela pandemia, não se trata mais do que um *continuum* discursivo de ordem semelhante aos que já analisamos. Senão vejamos, ao dizer, em SD 7 "E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre" o infeliz trocadilho com seu nome não pode passar despercebido discursivamente. Segundo o próprio Pêcheux, ainda, nomes próprios:

Há, ainda, um ponto a examinar, relativo à questão do nome próprio: esse ponto, cujo exame nos permitirá prosseguir na elaboração do que estamos entendendo por "pré-construído", consiste no fato de que nenhuma determinação pode ser aplicada ao nome próprio, pela excelente razão de que o nome próprio (...) é resultante, precisamente, da operação de determinação "levada ao extremo" (PÊCHEUX, 1988, p.99 destaque do autor)¹².

Como vemos pela citação, em Pêcheux, o nome não é tão e somente uma designação que pode ser descrita, tal como sou Messias, mas não faço milagres, já que o nome próprio é uma saturação de significado ideológico, pois as referências não estão ligadas diretamente ao número de atributos que são criados, por exemplo, na sintaxe a partir da enunciação de um texto.

Essas referências, na verdade, têm a ver com a mobilização nas práticas discursivas das identidades que são enunciadas em qualquer materialização dos discursos pelos sujeitos. Dito de outro modo, o encaixe sintático, por exemplo, de uma

¹² A parte suprimida na citação refere-se aos exemplos que Michel Pêcheux utiliza para explicar a noção-conceito de pré-construído. Os exemplos que ele reflete vêm de Frege: "Aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria". Sublinha-se ainda que, para Pêcheux, essa utilização de nome próprio, como interpelação ideológica pela identificação determinante a que nomes remeteriam, dialoga com os estudos de Gottlob Frege. Com este filósofo e lógico alemão, Pêcheux trava argumentos sobretudo a partir da leitura de *Lógica e filosofia da linguagem*¹², onde o lógico-filósofo discute acerca da construção da referência e do sentido ligados aos nomes próprios, principalmente no capítulo "Sobre sentido e referência. Para Frege, é preciso entender que, nomes próprios, têm seu significado lógico construído a partir das referências que são criadas nas sentenças e das descrições que estruturam esses referentes nas sentenças. Desta definição primária, fundamenta-se que nomes se constitui, por exemplo, criando-lhes referentes passíveis a ao menos uma interpretação. Mas, ainda junto a Frege, o sentido completo para um nome próprio deve ser construído por um conjunto de valores cognitivos, que seriam, de fato, sentidos, expressos, no mais das vezes, pelas descrições.

oração adversativa "mas não faço milagres", viria, na verdade, de elementos que decantam de uma memória de formação discursiva histórica que, por sua vez, é a evidência de uma formação ideológica do que pode/não pode e deve/não deve ser dito, em certa condição de produção, pelos sujeitos que se inscrevem nas mais diversas práticas discursivas.

Para Pêcheux (1998), em última instância, o significado liga-se ao referente a partir da identificação e interpelação ideológica a que os sujeitos dos discursos estão inscritos em seus posicionamentos enunciativos, sendo que essas inscrições vêm de retomada histórica do dizível para determinados posicionamentos históricos que os sujeitos ocupam de acordo com as condições de produção para a mobilização dos sentidos.

Em relação à SD 7 ainda, Bolsonaro não só desdenha do infortúnio alheio, no caso a população brasileira, mas dissimula, com trocadilho irônico, que sua condição de porta-voz não atende a questões que têm a ver com a própria "lógica" da vida, não podendo explicá-la, apesar de os sentidos de seu nome próprio ser pré-construídos messiânicos.

Uma vez mais explicita seu caráter restritivo àqueles que não vão pelo o que designa, em efeitos de sentido, como causas naturais, e sim, como sabemos, derivam em grande medida causas de "omissão de Estado", portanto de si, como porta-voz e lugar discursivo e político neste Estado. Entre aspas, pois a omissão é apenas no campo da proteção social, já que, ao capital, o sentido é de absoluta diligência.

O PORTA-VOZ ESTÁ NU

Por último, mas não menos importante, trouxemos o mais recente discurso de Bolsonaro que se coaduna com a proposta do artigo. Trata-se de uma fala dita em Sorriso, cidade do estado de Mato Grosso, grande polo do agronegócio de capital transnacional, e na qual muitos sujeitos dessa classe fração da burguesia são apoiadores de primeira hora do projeto político que o bolsonarismo representa e é porta-voz.

Setembro de 2020

SD11¹³ Vocês não pararam durante a pandemia. Vocês não entraram na conversinha mole de ficar em casa. Isso é para os fracos.

¹³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/conversinha-mole-de-ficar-em-casa-para-os-fracos-diz-bolsonaro.shtml>>. Acesso em 20 de Set. de 2020.

Como podemos compreender em SD 11, Bolsonaro, no seio acolhedor de seus grandes apoiadores, não mais precisa dissimular-se enquanto “porta-voz da nação”, algo que requer ser amplo e restritivo em efeitos de sentidos, numa calistenia discursiva e atende ao interesses de algumas classes.

Neste encontro, ele está mais, na falta de uma palavra melhor, "livre" para mobilizar quaisquer sentidos necessários a verbalizar suas evidências ideológicas. Assim, pode-se depreender algo como "vocês não pararam, em razão de uma certa conversinha mole - talvez dos discursos científicos e alguns midiáticos - e fizeram a coisa certa, pois, do contrário estaríamos do lado dos fracos, seja pelo sentido de força e virilidade, seja pelo sentido de força como interesses desse capital transnacional, de quem Bolsonaro se constrói um fiel, ordeiro e pacífico porta-voz, ou ainda pelo sentido de quem morreu, morreu mesmo porque tinha de morrer como um fraco.

De outra forma, o sofrimento e algumas centenas de mortos e outros que se isolaram para não morrer são "aqueles que" e "em nome de" poderiam, e por que não, deveriam ter morrido. E esse sofrimento, pela lógica do capital é tolerável e até desejável.

Portanto, neste encontro, Bolsonaro pôde despir-se. Não se coloca nem como porta-voz amplo, algo que nunca fez, aliás, nem se coloca como porta-voz restrito, algo que frequentemente faz, porém neste recorte específico se colocou como porta-voz que se enxerga no espelho, como "Eu lhes ouvi e os outros me ouviram", não paramos, somos fortes, em sentido de vitoriosos, tratando a trágica situação pandêmica brasileira, com milhares de mortes e acometidos como algo banal - a banalidade do mal? - e, pior do que isso, como se a pandemia e seus efeitos mortíferos já tivessem passado, restando apenas como uma lembrança ou uma imagem sendo vista pelo retrovisor da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste artigo criar possibilidades de encontros teóricos nos debruçando em um conjunto de análises que emergem de uma quadra histórica, que já vem há muito lastreada pela lógica destrutiva do capital, porém que se coloca totalmente à luz neste ano de 2020, no Brasil e no mundo, em função mesmo da pandemia da Covid-19. De fato, os sujeitos são interpelados a, se preciso for, sofrer e pagar com a vida para que

essa ordem lógica de autorreferida racionalidade do capital possa se perpetuar. A pandemia é só mais uma chance de rearranjo da eterna crise estrutural do capital. Não há um daqui para frente, porque o daqui pra frente ainda estará preso a essa velha ordem de hegemonia. Nada novo, nada de novo normal.

Nosso corolário de discursos, uma de nossas bases teóricas para esta pesquisa, traz discursos do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, enquanto sujeito dos discursos que se posiciona como porta-voz. No caso de Bolsonaro, pelas análises que fizemos, há uma contradição entre o que teoricamente entende-se como porta-voz, não como um “*Volkman*”, de um 'homem do povo', 'entidade singular que se investe de um valor tão mais insigne, de modo que cada um se torna, por assim dizer a sua garantia universal (HOUBEDINE, 1974, p.12)", e sim como o ponto de partida recíproco no qual a contradição vem se amarrar politicamente a um "negócio de Estado" (PÊCHEUX, 1990, p. 18). De outra forma, sendo aquele que personifica e fala para uma classe em específico.

Para reforçar essa posição de sustentação que ora interpretamos, nem traremos aqui os casos do capital bufão, que mais parecem uma trupe de teatro mambembe, porém que o sustenta também, tal como Júnior Durski, dono de rede de lanches, Edgar Corona, dono de casas de ginásticas, Luciano Hang, dono de lojas de quinquilharia ou Flávio Rocha, dono de lojas de roupas, que durante a pandemia fizeram discursos assemelhados aos de Bolsonaro, tudo em favor da reabertura da economia, volta ao trabalho etc., reabertura ao arrepio da lei, vendendo inclusive produtos que não fazem parte de seu *métier*, como Hang que chegou a vender arroz para ficar aberto, e que frequentemente aparecem em manchetes da imprensa diária, por processos trabalhistas e dívidas tributárias ou até mesmo por processos de associação à produção de trabalho escravo.

Falemos de apoio e sustentação tal como a do sindicato patronal, a Federação da Indústria do Estado de São Paulo - FIESP, que, em março de 2020, recebeu Bolsonaro, já com a pandemia a plenos pulmões. Na ocasião¹⁴, é possível colher declarações tais como de Paulo Skaf, eterno presidente sem indústrias da Federação das indústrias do principal polo econômico da América Latina, estado de São Paulo, e eterno candidato a governador do mesmo estado (aliás Skaf também carrega a expressão popular consigo "aquele que foi sem nunca ter sido", porque há quem diga ser ele é o melhor governador

¹⁴ Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/artigos/frente-unica-burguesa-sustenta-bolsonaro-por-marcus-ianoni/>>. Acesso em 20 de Set. de 2020.

que nunca tivemos). Diz Skaf “A tônica da reunião foi o otimismo, a confiança e o apoio dos setores produtivos de todo o Brasil ao governo e à agenda econômica. Há um consenso de que estamos no rumo certo”. Ou ainda, no mesmo encontro, outro prócere do capital: André Gerdau, presidente do Grupo Gerdau, “Em 119 anos de atividades nunca estivemos tão animados com as propostas de um governo como estamos com esse”. Ou ainda, em pesquisa especial, da Confederação Nacional das Indústrias - CNI, outro sindicato patronal, em agosto de 2019, na qual é possível aferir que de 1.914 empresários pesquisados em todo o país, 60% deles avaliaram o governo como ótimo ou bom, tendo à frente a satisfação com a legislação trabalhista e com a redução dos juros.

E mesmo em outras ocasiões, anteriores, como em julho 2019, na aprovação do emplasto Brás Cubas - aquele que curaria todos os males - da vida econômica e social brasileira, a Reforma da Previdência: “Isso deixa a situação macroeconômica do Brasil tão boa quanto nunca vi na minha carreira”, diz Candido Bracher, presidente do Itaú, maior instituição bancária do Brasil.

Portanto, este artigo visou fazer uma análise teórico-discursiva, de base materialista, para apresentar, analiticamente, discursos do capital imiscuídos ao de Bolsonaro, enquanto sujeito porta-voz de discursos para e sobre a população brasileira, e enquanto o responsável pelos negócios da burguesia no Estado.

Evidentemente, neste artigo não se esgotam todas as possibilidades de análise, sobretudo em se tratando de Capital e de Bolsonaro, terrenos férteis para muitas pesquisas e trabalhos de base social. Todavia, nos contentamos em ser uma pequena frincha discursiva, analítica, interpretativa e teórica, para reflexões futuras sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, G. Até Trump muda discurso sobre coronavírus, e Bolsonaro está isolado no mundo. **Brasil de Fato**. Opinião. 26/03/2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/26/artigo-ate-trump-muda-discurso-sobre-coronavirus-e-bolsonaro-esta-isolado-no-mundo>. Acesso em 16 Abr. 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2017.

DOMINIQUE, M. **Discurso e Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola, 2015.

_____. **Análise de textos da comunicação**. São Paulo: Contexto, 2008.

HOUBEDINE, J.-L. **Quelques questions d'aujourd'hui à propos de la 'phrase démocratique Psychanalyse et sémiotique**, Actes du Colloque de Milan, 1974.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**: Livro I: o processo de produção do capital. [tradução: Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013. (Marx-Engels).

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cesar Castanheira; Sérgio Lessa. 3. reimpr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

PÊCHEUX, M. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. de José Horta Nunes. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, número 19, jul/dez, 1990.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

Como referenciar este artigo:

PONSONI, Samuel; FIRMIANO, Frederico Daia. O discurso destrutivo do capital e a crise da pandemia. **revista Linguagem**, São Carlos, v.35, Dossiê *Discurso em tempos de pandemia*. setembro/2020, p. 136-161.